



O PRINCÍPIO DE PROVENIÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE SUA TEORIA E PRÁTICA.

Leticia Elaine Ferreira, Maria Leandra Bizello

Resumo:

No âmbito da gestão documental a eficiência e agilidade são os principais resultados em sua execução bem-sucedida. Para tanto, conhecer a origem dos documentos e empreender métodos de classificá-los com intuito a seguir todas as etapas da gestão de documentos, revela-se uma implementação segura à cercear as metodologias da organização arquivística. O Princípio de proveniência, neste sentido, emerge como solução remediável e soberana para sanar problemas relativos a origem dos documentos. Entretanto, no universo da prática destas teorias a “técnica originária”, embora essencial, parece não ser suficiente no que tange as técnicas de organização. Objetiva-se fundamentar a observação de como é efetivada a prática do Princípio da Proveniência nas instituições partindo, para tanto, de sua própria teoria e conceito vinculados à gestão da informação e conhecimento verificados nas organizações. Dessa forma, adotando o caráter de pesquisa qualitativo de tipo descritivo-exploratório orienta-se o estudo no sentido de revelar que o Princípio de Proveniência sendo a base da organização documental nos arquivos requer no âmbito da prática o auxílio por parte do Princípio da Eficiência, bem como de outras bases de conhecimento humanísticos que o caracterizam como infalível.

Palavras-chave: Princípio de Proveniência; Gestão Documental; Classificação; Princípio da Eficiência.

1 INTRODUÇÃO

O estudo de metodologias arquivísticas e fundamentos norteadores para efetivá-los implica diretamente no estudo do ambiente administrativo e cultural onde está inserido o arquivo. Observar as rotinas administrativas, os documentos produzidos pelas organizações, bem como o manejo para com estas questões destacam a importância de vislumbrar o contexto abrangente no qual tais organizações se encontram.

Neste sentido, um grande desafio nas organizações configura-se em “administrar as ambigüidades”, ou seja, administrar todas as interpretações possíveis dentro das organizações e possibilitar a consensualidade mediante os seus membros. A principal questão da ambigüidade para



Choo (2003, p.155/156) é proporcionar condições para sua redução. O autor defende que “A redução controlada da ambigüidade das informações está no cerne do processo de criação de significado organizacional. [...]” (CHOO, 2003, p.155/156). Portanto, cada organização deve descobrir a maneira equilibrada de lidar com a ambigüidade e a incerteza, conforme a orientação de sua atividade, seus relacionamentos com organizações externas, entre outros fatores.

A ambigüidade resulta do excesso de informações disponíveis no ambiente organizacional. Choo (2003, p.157) ressalta que “[...] A tentativa inicial de reduzir a ambigüidade é confrontar a informação com os princípios, crenças e expectativas existentes.” Por isso a administração da informação aparece como uma importante atividade na redução da ambigüidade, não só por selecionar qual parte do ambiente é realmente relevante de interpretação precisa, mas também devido à maneira de lidar com o “transbordamento” de informações no universo das organizações, necessitando-se, para tanto, mediar as emoções das quais as informações ocasionam.

Tendo em vista a abordagem pautada por Chun Wei Choo (2003) na qual a administração da informação é o percurso para a criação de significado organizacional, verifica-se como principal modelo de gestão, nesse sentido, a gestão da informação e do conhecimento haja vista a possibilidade de resultados nos quais apontam para a significância do ambiente das organizações, considerando, para tanto, os indivíduos, valores, crenças e emoções em processos retro-alimentativos de orientação tácita ou explícita.

No viés arquivístico a busca pela administração das ambigüidades pode aparar-se em ações e procedimentos técnicos na qual envolve princípios norteadores para tal. Especificamente no âmbito da organização documental é importante ressaltar que a administração dos arquivos mediante as metodologias empreendidas que visam uma eficiente organização, busca e recuperação dos documentos implica em um contexto mais abrangente de administração da informação. Gerir a informação, neste sentido, incide em desenvolver e utilizar recursos básicos sejam eles econômicos, físicos, humanos, materiais com o intuito de operacionalizar a informação para a sociedade que lhe condiz, de acordo com a gestão do ciclo de vida de tal recurso. (MORAES E FADEL, 2008, p. 29).

No que tange a gestão documental há a defesa por alguns autores de que a gestão de documentos é a aplicação da administração científica estabelecida com foco na eficiência e na economia, de onde o que sobrar para pesquisadores futuros são considerados “meros subprodutos”. Na opinião de Jardim (1987, p.41) somente uma administração pública totalmente comprometida cumpre o compromisso de prestar os devidos serviços à sociedade tanto ao que se refere a gestão de documentos, quanto ao que tange a gestão de orçamentos, bem como a de recursos humanos. O autor (1987, p.41) ressalta também a necessidade de se elaborarem procedimentos básicos que possibilitem a recuperação de informações contidas em grandes volumes documentais de valor intermediário e permanente, acumulados de forma dispersa pelos órgãos públicos, a maior parte de maneira desorganizada ou organizada inadequadamente.



Neste sentido, tendo em vista a metodologia organizacional arquivística elucida-se, o Princípio de Proveniência considerado um marco na história da Arquivística, seja em seu conteúdo teórico, seja em sua aplicação prática. A gestão documental integrada revela-se aliada ao Princípio de Proveniência tendo em vista que administrar a passagem de documentos de uma fase à outra, de forma coesa e orgânica, necessita de um parâmetro norteador e “vinculador” que justifique o elo dos documentos em idades divergentes. O questionamento, portanto, consiste em indagar se somente este princípio é suficientemente eficaz para tarefa de tamanha complexidade.

2 O PRINCÍPIO DE PROVENIÊNCIA

Os primórdios do Princípio de Proveniência podem ser verificados na França, em 1328, data em que o Rei Filipe VI de Valois considerava conveniente separar a documentação própria de cada reino. Também na França, já em 1839, Guizot é o primeiro a anunciar oficialmente, através de uma circular, o princípio no qual será sancionado de fato nas “Instruções do Ministério do Interior Francês de 24 de abril de 1841” inspiradas por Natalis de Wailly e assinada por Duchatel. (POZUELO, 1996, p.28).

Doravante, Cruz Mundet (2001, p.231) comenta que a redação da Circular de 24 de abril de 1841, por Natalis de Wailly, interpretada mais tarde, defenderia a classificação geral por fundos como a única apropriada para o cumprimento da ordem, na defesa de que a eleição e o emprego de outra classificação que não esta, elaborada por Wailly, expõe-se ao grave risco de “não se encontrar os documentos”. O autor acredita que assim nasceu o “*Principio de procedencia*” ou de “*Respect des fonds*”. Entretanto, para Cruz Mundet (2001, p.231) o Princípio enunciado por Natalis de Wailly caracterizava-se insuficiente, visto que admitia a possibilidade de classificação por assunto dentro de cada fundo.

De acordo com o progresso conceitual e prático do Princípio da Proveniência constata-se que a famosa “Circular de Wailly” repercutiu sobremaneira no panorama arquivístico mundial. A atividade de separar documentos de acordo com sua origem de produção tornou-se um método difundido para a organização e preservação de documentos. Por isto, esta premissa perpassa todas as definições verificadas nos autores clássicos da Arquivística.

Mediante estas constatações Carmona (2004, p.37) afirma que para a aplicação do Princípio de Proveniência há de se reconhecer a estrutura da instituição produtora de documentos, bem como seu funcionamento e seu procedimento de trabalho; visto que para a autora o Princípio de Proveniência é o responsável por estabelecer a conservação da organização original dos fundos de arquivos. Entende-se, desse modo, por fundo de arquivo o conjunto de peças documentais, que independentemente da sua natureza, são reunidos orgânica ou automaticamente seja por um corpo administrativo, ou por pessoas físicas ou jurídicas. (COUTURE; ROSSEAU, 1998, p. 91).

Neste sentido, advertem Couture e Rosseau (1998, p.85) que a aplicação do Princípio de Proveniência é a única maneira de garantir integridade administrativa do arquivo. Por isto, os autores



(1998, p.79) defendem que o Princípio de Proveniência é a “[...] lei que rege todas as intervenções arquivísticas [...] garante a constituição e a plena existência da unidade de base em arquivística, a saber, o fundo de arquivo.”

É necessário gerir o fundo de arquivo, é preciso identificar seus níveis classificatórios, por isto Duchein (1982/1986) salienta que o conhecimento da instituição produtora do documento, o objetivo do documento, o trâmite a ser percorrido por ele, só é possível conhecer se os documentos que o acompanham conservaram-se intactos, individualizados, sem misturarem-se a documentos de proveniências diferentes. Neste sentido, observa-se que a primeira aplicação do Princípio de Proveniência sedimenta-se no fundo de arquivo. A classificação arquivística, portanto, revela-se essencial neste contexto por conjugar a divisão do fundo de arquivo em demais subníveis.

3 A CLASSIFICAÇÃO E A GESTÃO DOCUMENTAL : RELAÇÕES COM O PRINCÍPIO DE PROVENIÊNCIA

Como salienta Piedade (1977, p.10) os princípios da classificação originam-se em Aristóteles (384-322 a.C.). Sua preocupação direcionava-se com a classificação das ciências, notando que o conhecimento obtido das coisas que nos rodeiam não são simples e compõem-se de vários aspectos das quais é preciso descrever e situar. Por isto, Piedade (1977, p.8) define que “Classificar é dividir em grupos ou classes, segundo as diferenças e semelhanças. É dispor os conceitos, segundo suas semelhanças e diferenças, em certo número de grupos metodicamente distribuídos.”

No que tange a classificação arquivística, pode-se, segundo Sousa (2006, p.121) abordar o tema da organização documental na Arquivística contemporânea partindo de dois aspectos: o primeiro remete-se a grande massa e volume de documentos acumulados pelas organizações diariamente. O segundo permeia o desenvolvimento das teorias da organização de documentos arquivísticos – ressalta-se, neste sentido, a mudança advinda com o surgimento do Princípio de Respeito aos Fundos. É o estabelecimento do dito princípio que demarca para Sousa (2006, p.122) dois grandes períodos da história das classificações de documentos arquivísticos: o primeiro tem início na Antiguidade até o século XIX e, o segundo e contemporâneo que se inicia no século XIX e persiste até aos dias atuais.

De acordo com Rios e Cordeiro (2010, p.128) na elaboração de um plano de classificação arquivística, o primeiro passo teórico-metodológico dado é delimitar o sujeito criador da documentação. Em seguida escolhe-se o critério a seguir no plano de classificação: funcional ou estrutural. As autoras também ressaltam que é necessário o conhecimento do ambiente organizacional, não necessariamente a descrição de atribuições e funções deste ambiente – é preciso, antes disto, a investigação de seu contexto histórico como ambiente inserido em uma sociedade. (RIOS; CORDEIRO, 2010, p.132).

Neste sentido, salientam os procedimentos metodológicos que partem da identificação e compreensão do criador/produtor e de seus produtos (documentos arquivísticos). As conclusões mais incisivas das autoras alertam que: “Se existe um consenso na área, ele se resume a ter como



primeiro corte conceitual, para montagem do plano, o conhecimento da instituição, baseado no princípio de respeito aos fundos.” (RIOS; CORDEIRO, 2010, p.136). Ou seja, o consenso consiste em considerar o Princípio de Proveniência como subsídio principal para o plano de classificação.

No entanto, como adverte Sousa (2006, p.137-138) as discussões da classificação arquivística limitam-se acerca do Princípio de respeito aos Fundos e da Ordem Original, para uma operação que o autor defende como “tão complexa e tão fundamental”, e julga não ser suficiente este eixo para o exercício da classificação. O autor salienta a importância em fundamentar os instrumentos e metodologias desta etapa da organização documental em teorias e requisitos advindos da Filosofia e da Teoria da Classificação, visto que segundo Sousa (2006, p.137-138) “O processo classificatório em Arquivística resente dessa ausência e a prática é testemunha desse fato.”

No âmbito da organização documental, entretanto, é ainda importante ressaltar que a administração dos arquivos mediante as metodologias empreendidas que visam uma eficiente organização, busca e recuperação dos documentos implica em um contexto mais abrangente de administração da informação.

Neste sentido é que a proposta dos canadenses Couture e Rosseau (1998, p.61-76) tornam-se primordiais, haja vista que os autores propõem-se a apresentar o “lugar da arquivística na gestão da informação”, compreendendo que neste âmbito o arquivo partilha o tratamento da informação com os demais especialistas da Ciência da Informação. Isto ocorre, segundo os autores, por que os especialistas de tratamento técnico da informação e os decisores salientam a particularização sobre a especialidade que lhe cabem no âmbito da Ciência da Informação. Em consequência o resultado mais incidente é que os especialistas perdem de vista o senso de que trabalham para a mesma organização, no âmbito da gestão da utilização da informação e não percebem que a organização deve ser um todo gerido sistematicamente.

Portanto, o arquivo deve permanecer integrado com a missão do organismo e sua política de gestão da informação. Elucidando este contexto, Couture e Rosseau (1998, p.65) enunciam a proposta denominada “programa de três fases”, segundo eles um contributo que somente a Arquivística pode efetuar nas organizações. De maneira sucinta, pode-se observar que tal programa possui como primeira componente o foco na criação, difusão e acesso à informação. A intervenção desde a criação da informação permite determinar o seu encaminhamento e tratamento. A informação inútil é eliminada por normas que visam à gestão da informação.

A segunda componente, por sua vez, refere-se a classificação e recuperação da informação, pensadas a partir das funções e subfunções da empresa – são analisadas, esquematizadas e harmonizadas num sistema de classificação e de recuperação. Já terceira e última componente do programa preza pela proteção e conservação da informação protegida e conservada segundo normas técnicas (documentos essenciais, documentos com baixa frequência de utilização.).

Como se constata a integração do arquivo com o contexto holístico na qual se insere resulta na bem-sucedida gestão documental do mesmo, uma vez que tal gestão refere-se ao ciclo que preza pelos



procedimentos e operações de produção, trâmites, usos, avaliações e arquivamento dos documentos, estejam eles em fase corrente ou intermediária, com vistas a sua eliminação ou permanência no acervo. Ciclo este também conhecido como “administração de documentos”. (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2004, p.90).

Neste sentido, o foco na criação, produção, classificação e arquivamento dos documentos incidem diretamente com o Princípio de Proveniência, haja vista que a própria metodologia acerca da organização documental parte aprioristicamente deste princípio para garantir a legitimidade das tarefas. A própria etapa de classificação arquivística insere-se em um contexto abrangente onde é possível identificar não só o ambiente organizacional do arquivo como da própria instituição e da sociedade em que se localizam. Qualquer metodologia que se pretende eficaz acerca da classificação arquivística deve ter nítido que só é possível empreendê-la

Partiendo del conocimiento prévio sobre la historia, la organización y los procedimientos de la entidad, esto es del contexto que le permita analizar el conjunto de documentos como un todo, el archivero podrá posteriormente identificar y establecer las series, así como las demás agrupaciones documentales. (CRUZ MUNDET, 2001, p.243).

Não obstante, as práticas das metodologias verificadas no âmbito da organização documental arquivística evidenciam carecer de suas próprias efetivações teóricas. Preza-se por princípios e fundamentos teóricos salvo raras vezes de fato verificados nas instituições, de modo a contemplar linear e concomitantemente o exercício teórico da classificação.

4 CONCLUSÕES

O Princípio da Proveniência pode ser compreendido como o alicerce arquivístico que sedimenta a Arquivologia. Entretanto, a inconstância da prática pela teoria deve ser sanada buscando-se outros métodos e princípios que garantam sua efetividade mediante o contexto administrativo (ou histórico) em que se apresenta. Garantir técnicas e instrumentos para tal pode requerer princípios advindos da administração bem como de teorias (como, por exemplo, a Teoria da Classificação) que garantam o conhecimento total do arquivo a ser organizado. Gerir arquivos, dessa forma, não se esgota na técnica pela técnica. É antes, gerir, também, conhecimento.

A medida que os arquivos aumentam em volume tornam-se também mais complexos. Dessa forma, a indagação a seguir é inevitável: como garantir que o Princípio de Proveniência seja assegurado em contextos marcados por complexidades no âmbito da prática arquivística? As metodologias da classificação bastam para tal?

Sugere-se, portanto, que o Princípio de Proveniência vincule-se a outro princípio originário da administração: o Princípio da Eficiência. Tal princípio apresenta-se com um aspecto capaz de moldar e fundamentar aspectos práticos referentes ao Princípio da Proveniência, tal como organizar e estruturar a administração pública com intuito de melhores resultados, garantindo melhoria nos processos administrativos, transparência, racionalização e controle jurisdicional dos atos administrativos.



(VASCONCELOS, 2009).

Neste caso é possível vislumbrar o Princípio da Proveniência, a gestão documental e a organização arquivística inter-relacionados com uma gestão que preza por estabelecimentos de fluxos que garantam a informação “no tempo certo” e que auxiliem estratégias aos quais para além de cumprirem com os procedimentos técnicos orientem-se para a utilização do conhecimento como um todo, em outras palavras, é possível a relação destes elementos com a gestão do conhecimento.

Abstract: As part of document management efficiency and agility are the main results in its successful execution. To do so, knowing the origin of the documents and undertake methods of classifying them with the intention to follow all the steps of document management, it is a safe implementation methodologies to curtail the organization’s archives. The principle of provenance, in this sense, emerges as remediable and sovereign solution to remedy problems of the origin of the documents. However, in practice these theories of the universe “technique originating”, while essential, does not seem to be sufficient regarding the techniques of organization. The objective is to support the observation of how effective is the practice of the Principle of Provenance institutions starting to do so, his own theory and linked the concept of information and knowledge management in organizations checked. Thus, adopting the character of qualitative research is a descriptive-exploratory study is oriented towards revealing that the Principle of Provenance and the base of the organization requires documentation in the files under the help of the practice by the Principles of efficiency, and other humanistic knowledge bases that characterize it as infallible.

Keywords: Principle of Provenance; Document Management; Principle of Efficiency; Classification.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2004. p. 90.

CARMONA MENDO, C. Consideraciones sobre el método en archivística. In: Documenta & Instrumenta. Madrid, Universidad Complutense de Madrid, v. I, p. 35-46, 2004. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/documen/htm/default.htm>> . Acesso em: 28. set. 2007.

CHOO, C. W. A administração da ambigüidade – as organizações como comunidades criadoras de significado. In: **A organização do conhecimento**. São Paulo: Senac, 2003. p.121- 178.

CRUZ MUNDET, J. R. **Manual de Archivística**. 5. ed. Corrigida e atualizada. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2001.

DUCHEIN, M. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. Trad. Maria Amélia Gomes Leite. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, p. 14-33, abr.1982/ago.1986.



HEREDIA HERRERA, A. El principio de procedencia y los otros principios de la archivística. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo. p. 3-12, 2003. (Coleção Scripta, 5).

JARDIM, J.M. O conceito e a prática de gestão de documentos. Revista Acervo. Rio de Janeiro, v.2, n.2, jul/dez. 1987. p. 35-42. Disponível em: <<http://www.portal.arquivonacional.gov.br/media/v.2.n.2.jul.dez.1987.pdf>> . Acesso em: 17/03/2011.

MARTÍN POZUELO, P. La construcción teórica en archivística: el principio de procedencia. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid, 1996.

MORAES, C. R. B. de; FADEL, B. Triangulação metodológica para o estudo da gestão da informação e do conhecimento em organizações. In: Gestão da Informação e do Conhecimento: no âmbito da Ciência da Informação. São Paulo: Polis; Cultura Acadêmica, 2008. P. 27-40.

PIEIDADE, M. A. R. **Introdução à teoria da classificação**. Rio de Janeiro: Interciência, 1977.

RIOS, E.R; CORDEIRO, R. I. de N. Plano de classificação de documentos arquivísticos e a teoria da classificação: uma interlocução entre domínios do conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**: Belo Horizonte, v.15, n.2, p.123-139, maio./ago. 2010.

ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. Os fundamentos da disciplina arquivística. Tradução Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, p. 79-109, 1998.

SOUSA, R.T.B. A classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito. **Arquivística.net**: Rio de Janeiro, v.2, n. 2, p 120-142, ago./dez. 2006.

VASCONCELOS, A. O Princípio da Eficiência na Gestão Pública. 2009. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/14519/1/O-PRINCIPIO-DA-EFICIENCIA-NA-GESTAO-PUBLICA/pagina1.html>> . Acesso em: 27. Jul. 2011.